



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 150770 - MG (2021/0230847-3)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
RECORRENTE : ANDERSON BARBOSA DO ESPÍRITO SANTO (PRESO)
ADVOGADO : CARLOS MARQUES - MG036505
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CORRÉU : MARCOS WILLIAM INACIO DE MORAES
CORRÉU : JULIO CESAR EVANGELISTA PEREIRA

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por ANDERSON BARBOSA DO ESPÍRITO SANTO contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (HC n. 1.0000.21.116213-6/000).

O recorrente foi condenado às penas de 1 ano e 2 meses de reclusão, em regime inicial fechado, e de 11 dias-multa, pela prática do delito tipificado no art. 180, *caput*, do Código Penal. A condenação transitou em julgado em 6/5/2020 e a prisão ocorreu em 15/6/2021.

O *habeas corpus* impetrado não foi conhecido pelo Tribunal de origem.

Sustenta a existência de nulidades nos autos, uma vez que a denúncia não teria sido assinada e datada pelo órgão acusador. Alega que o advogado nomeado para os três réus não teria procuração e, ainda, que a citação da sentença por edital teria ocorrido sem a prévia tentativa da pessoal.

Requer, liminarmente e no mérito, a nulidade do processo desde a denúncia, com a colocação do paciente em liberdade ou, alternativamente, a anulação da citação editalícia, com a abertura do prazo para a interposição de recurso de apelação.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria de fundo não foi apreciada no acórdão impugnado.

Assim, o Superior Tribunal de Justiça não pode dela conhecer, sob pena de indevida supressão de instância.

Confira-se precedente sobre a questão:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM PRISÃO DOMICILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO CNJ. COVID-19.GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO. CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA.INOVAÇÃO RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.[...]

3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

4. Agravo regimental improvido.

(AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro,

Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, incisos XVIII, alínea a, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **não conheço** o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência